



FORMAÇÃO SUPERIOR SEM FRONTEIRAS NA ENGENHARIA ATRAVÉS DA MOBILIDADE ACADÊMICA ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Jacinto M. A. Almeida – jasscarnival@gmail.com
UFRGS

Av. Bento Gonçalves, 9500, Setor 4, Prédio nº 43436
91501-970 – Porto Alegre – RS

Renata Batista Lucena – rblucena@gmail.com
UFRGS

Av. Osvaldo Aranha, 99 – 3º andar
90035-190 – Porto Alegre – RS

Christa Korzenowski – ckorzenowski@gmail.com
UFRGS

Av. Osvaldo Aranha, 99 – 3º andar
90035-190 – Porto Alegre – RS

Luiz Carlos Pinto da Silva Filho – lcarlos66@gmail.com
UFRGS

Av. Osvaldo Aranha, 99 – 7º andar
90035-190 – Porto Alegre – RS

***Resumo:** Este trabalho pretendeu abordar a formação superior sem fronteiras, através da mobilidade acadêmica, avaliando diferentes sistemas de ensino na área da Engenharia em dois países distintos: Brasil e Portugal. Foram analisados três estudos de caso relativos à mobilidade acadêmica entre a UFRGS e duas Universidades portuguesas. A mobilidade acadêmica entre os dois países tem mostrado ser bastante flexível, não só devido à interdisciplinaridade dos currículos superiores, como também pela aproximação entre IES, nomeadamente, através da realização de acordos de cooperação. A circulação de docentes e alunos tem sido privilegiada devido à facilidade de comunicação através da língua comum. Além disso, o teor prático inerente aos cursos superiores de engenharia no Brasil tem mostrado ser, também, um dos atrativos para a crescente entrada de alunos estrangeiros no país. Por outro lado, esta flexibilidade contrasta com a dificuldade na revalidação dos diplomas obtidos no exterior, exceto quando os convênios preveem a obtenção da dupla diplomação.*

***Palavras-chave:** Ensino superior, Engenharia, Mobilidade acadêmica*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Saviani (2009), existem três modelos clássicos de Universidade cuja origem assenta nos elementos básicos constitutivos das universidades



contemporâneas: modelo napoleônico – onde existe a prevalência do Estado; modelo anglo-saxônico – com prevalência da sociedade civil; modelo prussiano – prevalece a autonomia da comunidade acadêmica.

Santos (2004) considera que, nos finais do século XX a Universidade moderna enfrentava três crises: crise de hegemonia – a Universidade deixou de ser a única instituição no domínio do ensino superior e da produção de pesquisa devido à incapacidade de desempenhar funções contraditórias; crise de legitimidade – contradição entre a hierarquização dos saberes especializados (restrição no acesso ao ensino superior) e a atual democratização do conhecimento e igualdade de oportunidades (acesso a classes populares); crise institucional – pressão crescente para submeter a Universidade a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. Ainda de acordo com o autor, o neoliberalismo, ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente, levou à abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial, criando o mercado universitário, com consequente descapitalização e desestruturação da universidade pública a favor do emergente mercado universitário com transferências de recursos humanos. A maior autonomia que foi concedida às universidades não teve por objetivo preservar a liberdade acadêmica, mas criar condições para as universidades se adaptarem às exigências da economia.

Dentro da dita nova "ordem mundial globalizada", onde processos produtivos são cada vez mais descentralizados, indústrias e empresas de serviços em engenharia expandem sua atuação em outros países e dependem cada vez mais de fornecedores externos com fins de redução de custos e/ou de incorporação de novas tecnologias, a formação em engenharia deve ir além da formação estritamente técnica. Uma formação dita "multicultural", onde os estudantes tenham contato com novas culturas, línguas e costumes, é de fundamental importância para o sucesso profissional dentro do mundo globalizado e o estabelecimento de relações efetivamente de parceria com outros países (SILVA JR., 2013).

Nos últimos anos, a mobilidade acadêmica crescente entre Universidades de diferentes países, associada à transnacionalização do ensino, tornou-se uma característica intrínseca à Universidade do século XXI.

Pretendeu-se com este trabalho, abordar a formação superior sem fronteiras, através da mobilidade acadêmica, avaliando diferentes sistemas de ensino na área da Engenharia em dois países de continentes distintos: Brasil e Portugal.

2. OS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM PORTUGAL

Este capítulo refere-se, de forma geral, aos sistemas de ensino superior no Brasil e em Portugal, incluindo seus enquadramentos histórico e social e sua estrutura base organizacional, e à mobilidade acadêmica, em particular, na Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2.1. O sistema de ensino superior no Brasil

A base da atual estrutura e funcionamento da educação brasileira teve a sua definição com a aprovação da Lei nº 5.540/68 da Reforma Universitária. A reforma universitária preconizava que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. As universidades deveriam oferecer ensino, pesquisa e



extensão. No entanto, o que ocorreu, na década de 1970, foi a expansão do sistema de ensino superior, em função do aumento do número de instituições privadas e estabelecimentos isolados. Além dos princípios gerais estabelecidos pela Constituição brasileira, o sistema educativo no Brasil foi redefinido pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDBN, Lei nº 9.394/96, na qual ficaram estabelecidos os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades (NEVES, 2002). A Figura 1 ilustra a estrutura do sistema de ensino superior no Brasil.

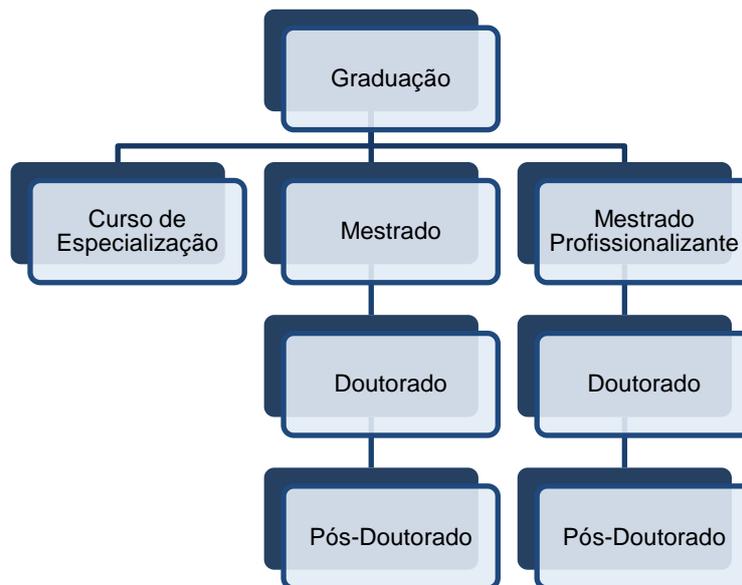


Figura 1 – Estrutura geral do sistema de ensino superior no Brasil.

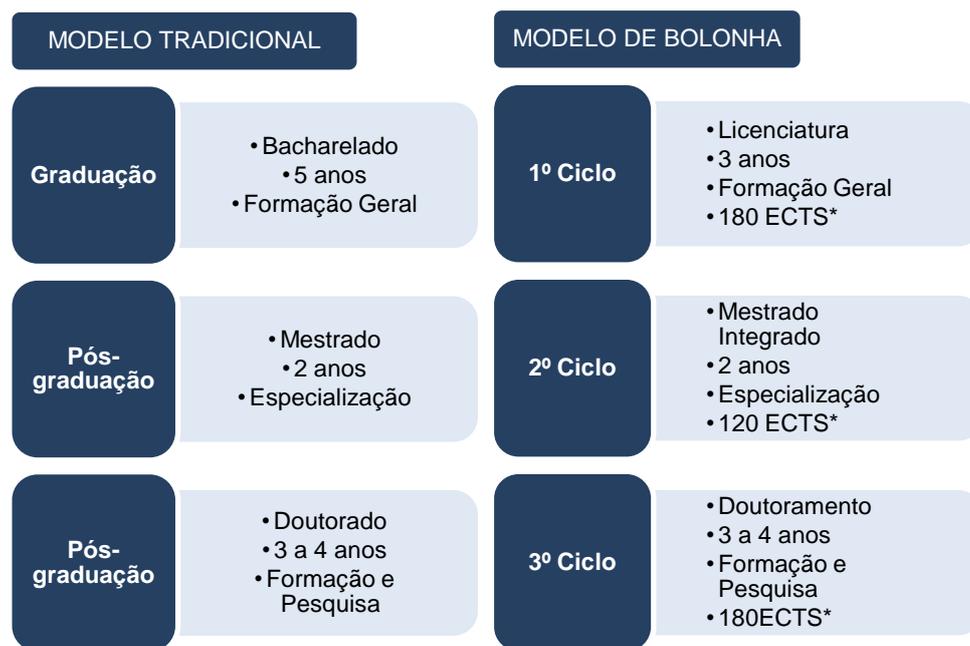
De acordo com Lehmann & Lehmann (2007), o início do desenvolvimento dos cursos de engenharia havia uma forte participação das instituições públicas, que representavam quase 100% da oferta de cursos. A definição das diferentes modalidades da engenharia pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) em 1973 e o estabelecimento dos currículos mínimos dos cursos em 1976, foram responsáveis na época por um aumento significativo de cursos superiores de engenharia. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o número de novos cursos criados quintuplicou. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve abandono e sucateamento das universidades federais, em contrapartida forte explosão das instituições privadas. Já no governo Lula, o Projeto da Reforma Universitária trouxe inúmeras discussões, divergências de vários autores e estudiosos. Houve uma participação muito grande do governo em investimentos destinados às instituições públicas, diversos programas de democratização do acesso ao ensino superior foram criados e o incentivo ao ensino à distância.

2.2. O sistema de ensino superior na Europa – o Processo de Bolonha

O Processo de Bolonha iniciou-se informalmente em maio de 1998, com a declaração de Sorbonne, e arrancou oficialmente com a Declaração de Bolonha em Junho de 1999, a qual define um conjunto de etapas e de passos a dar pelos sistemas de ensino superior europeu no sentido de construir um Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) globalmente harmonizado. Nesse enquadramento, os sistemas de ensino superior deverão ser dotados de uma organização estrutural de base idêntica,

oferecer cursos e especializações semelhantes e comparáveis em termos de conteúdos e de duração, e conferir diplomas de valor reconhecidamente equivalente tanto acadêmico como profissionalmente. A harmonização das estruturas do ensino superior conduzirá, por sua vez, a uma Europa da ciência e do conhecimento e, mais concretamente ainda, a um espaço comum europeu de ciência e de ensino superior, com capacidade de atração à escala europeia e intercontinental.

A Figura 2 compara, resumidamente, a organização do currículo acadêmico no modelo tradicional de ensino e no modelo de Bolonha.



*1 ECTS equivale a 30 horas de trabalho

Figura 2 – Estrutura geral do modelo de Bolonha *versus* modelo tradicional.

Segundo Sursock (2011) o Processo de Bolonha deve ser considerado como meio para o fim: o seu objetivo principal é proporcionar o componente educacional necessário para a construção de uma Europa do conhecimento dentro de uma visão ampla e humanística, no contexto de sistemas de ensino superior de massa, com acesso à aprendizagem ao longo da vida que apoie os objetivos profissionais e pessoais de uma diversidade de alunos.

O Processo de Bolonha não pode ser utilizado para impor e legitimar medidas de políticas educativas para o ensino superior, traduzindo certa desresponsabilização do Estado relativamente ao financiamento do sistema de ensino superior e o desenvolvimento da lógica de mercado na sua regulação (SEIXAS, 2002).

A grande maioria das instituições implementou a nova estrutura superior de três ciclos de Bolonha: de 53% das instituições em 2003 para 95% em 2010. Na última década, o segundo ciclo de Bolonha, com duração de dois anos, referente a mestrado, foi apresentado como um título novo e distinto por toda a Europa. Ele tem provado ser um grau consideravelmente flexível, embora definido de forma diferente, dependendo dos contextos nacionais e institucionais. A atratividade do sistema de ensino superior na Europa aumentou em 116%. O doutorado tem sido uma das áreas mais dinâmicas do ensino e da pesquisa na Europa. Metade das universidades europeias já estabeleceram escolas exclusivas de doutorado, um aumento de 20% em pouco mais de dois anos, e

mais atenção está sendo dada para a supervisão e treinamento de estudantes de doutorado, incluindo o desenvolvimento de competências transferíveis (SURSOCK, 2011).

2.3. A mobilidade na Engenharia da UFRGS

A Comissão de Mobilidade Estudantil (COMOBE) e a Secretaria de Relações Internacionais (Relinter) são os setores da UFRGS que mediam e divulgam as mobilidades estudantes referentes à Escola de Engenharia da UFRGS (EE).

A partir da última década, a EE tem incentivado a participação de seus alunos em programas de intercâmbio em universidades estrangeiras. As primeiras iniciativas relevantes datam de 1998, quando foi estabelecido o “Programa Graduação Sanduíche”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a Alemanha, França e Estados Unidos. Neste programa, os alunos passavam por uma seleção nacional. Em todas as edições do programa, a EE teve uma participação de destaque em termos de alunos selecionados. A partir de 2001, a CAPES instaura uma nova política de intercâmbios no sentido de valorizar a cooperação institucional, como forma de fomentar a “modernização” e a “oxigenação” dos cursos de graduação brasileiros (SILVA JR., 2013). A Figura 3 mostra o número de cooperações existentes atualmente entre a UFRGS e outras Instituições de Ensino Superior (IES) no exterior.

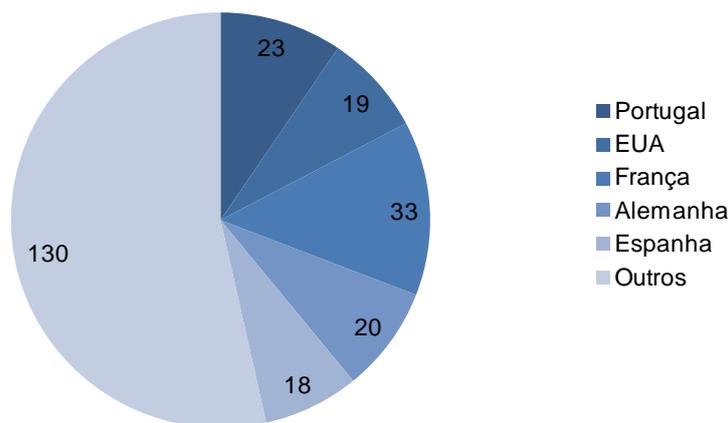


Figura 3 – Cooperações atuais entre a UFRGS e IES no exterior (Fonte: Relinter, 2013).

Na Figura 3, é possível observar que Portugal é o 2º país com maior número de convênios firmados com a UFRGS para promover a mobilidade acadêmica, com um total de 23 IES, apenas suplantado pela França, com um total de 33 instituições.

A Figura 4 mostra a evolução, por semestre e por ano, desde 2001, na mobilidade acadêmica dos alunos de Engenharia da UFRGS para o exterior.

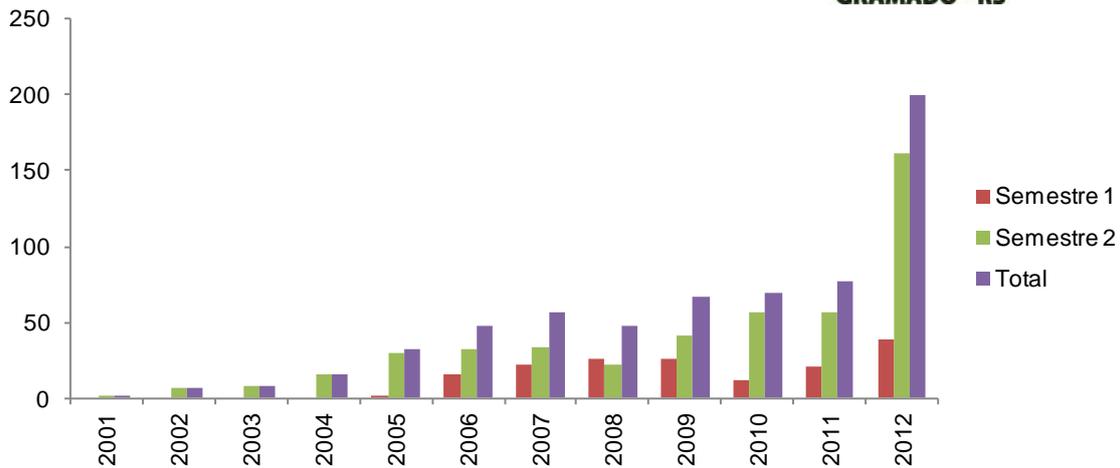


Figura 4 – Evolução na mobilidade acadêmica da EE para o exterior (Fontes: COMOBE, 2012).

De acordo com dados da COMOBE, desde 2001, foram registrados 685 afastamentos na EE para mobilidade acadêmica no exterior. Em 2012 registrou-se um total de 192 afastamentos, distribuídos de acordo com a Figura 5.

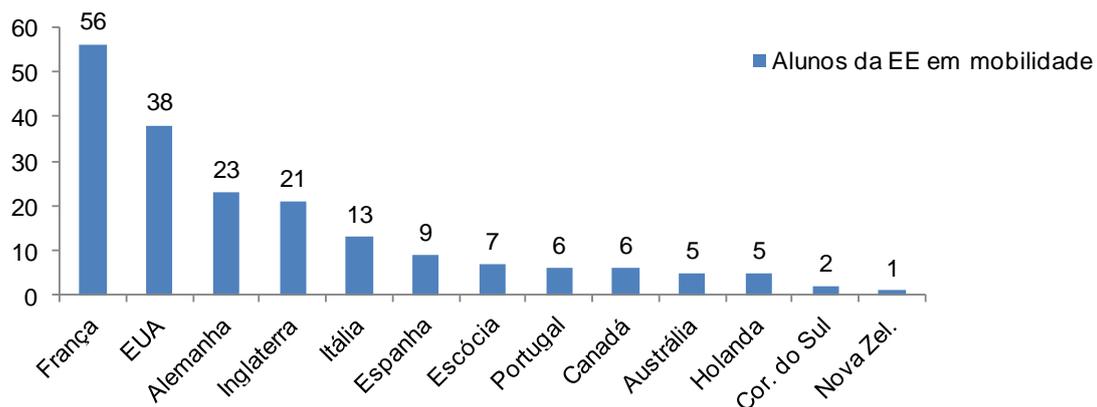


Figura 5 – Alunos da EE em mobilidade (Fontes: COMOBE, Relinter, 2012).

De acordo com dados da Relinter, em 2013, foram aceites 37 alunos estrangeiros, de diversas nacionalidades, na EE (MATTIA, 2013). Relativamente aos convênios estabelecidos com Portugal, a EE tem promovido a mobilidade ao nível da graduação e pós-graduação com as mais prestigiadas faculdades de engenharia portuguesas, nomeadamente, com a Universidade do Porto (FEUP), Universidade de Coimbra (UC), Instituto Politécnico de Lisboa e Universidade do Minho, entre outras.

No entanto, apenas em 2012 foi obtida a primeira dupla diplomação entre Brasil e Portugal (MATTIA, 2013).

Nas universidades brasileiras, muitos alunos portugueses procuram o contato com uma vertente mais prática na engenharia. Outros, motivados pela recente crise econômica europeia, buscam novas oportunidades de emprego num país em franca expansão econômica. Segundo a Agência Brasil (2013), os alunos brasileiros procuram frequentar instituições universitárias do EEES que aliam à sua grande qualidade um acolhimento só possível por uma cultura e história partilhadas. Por outro lado, a recente decisão do governo brasileiro de suspender a concessão de bolsas de estudos para

alunos de graduação do Programa Ciência sem Fronteiras (PCsF) em instituições portuguesas, com o objetivo de estimular os jovens a falar mais uma língua, a conhecer e ter competência específica em outras culturas, poderá afetar negativamente a mobilidade acadêmica entre os dois países.

3. ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo, são apresentados 3 casos, relativos a 3 tipos de modalidade acadêmica, entre Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil e Portugal.

3.1. Caso 1

O primeiro estudo de caso refere-se à mobilidade na graduação em Engenharia Civil, durante o período de um ano, ao abrigo do convênio existente entre a Universidade de Coimbra (UC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A Tabela 1 compara diversos parâmetros entre as instituições de origem e de destino para o caso 1 – aluno de graduação.

Tabela 1 - Mobilidade do aluno de graduação no período 2009-2010.

País	Origem	Destino
Universidade	Universidade de Coimbra	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Modelo de ensino	Bolonha	Tradicional
Programa	Mestrado Integrado (1º Ciclo)	Graduação
Curso	Engenharia Civil	Engenharia civil
Duração do curso	5 anos	5 anos
Número de créditos totais	300	262
Horas aula/crédito	15 horas/crédito	15 horas/crédito
Convênio para Mobilidade	Convênio	Convênio
Duração da Mobilidade	----	1 ano
Equivalências obtidas	52 créditos/9 disciplinas	53 créditos /12 disciplinas
Receptividade	----	Ótima
Dificuldades encontradas *	Equivalências	Revalidação de diploma
Pesquisas realizadas (área)	Urbanismo e Transportes	Nenhuma
Qualidade de ensino e pesquisa**	151 – 200º (ranking mundial QS)	101-150º (ranking mundial QS)

* Referentes ao curso (língua, horários, grau de dificuldade de ensino e equivalências)

**Ranking internacional e/ou conceito Capes

De forma geral, os conteúdos programáticos oferecidos no curso de graduação da UFRGS mostraram ser próximos aos do 1º ciclo do Mestrado Integrado em Engenharia Civil (MIEC) da UC, que segue o modelo de Bolonha. No entanto, foi necessário cursar mais disciplinas na UFRGS para obter as equivalências necessárias na instituição de



origem, quer em termos de conteúdos, quer em termos de créditos. Convém salientar que a revalidação de diploma de graduação obtido no exterior tem sido dificultada pela limitação no número de pedidos aceites anualmente pelo Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI), de 3 por ano, para o curso de Engenharia Civil. Este fato independe do aluno ser estrangeiro ou brasileiro.

3.2. Caso 2

O segundo estudo de caso refere-se à mobilidade na pós-graduação em Mestrado em Engenharia Civil, durante o período de quatro meses, ao abrigo do convênio existente entre a Universidade de Coimbra e a UFRGS, em colaboração com o Banco Santander Totta. Esse convênio tem por uma das finalidades promover a atribuição de bolsa de estudo, para investigadores provenientes de países da América Latina que pretendam realizar períodos de intercâmbio na Universidade de Coimbra, com o objetivo de fomentar a cooperação entre estes países. A Tabela 2 compara diversos parâmetros entre as instituições de origem e de destino para o caso 2 – aluno de mestrado.

Tabela 2 - Intercâmbio de aluno de mestrado no período 2011-2011.

País	Origem	Destino
Universidade	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade de Coimbra
Modelo de ensino	Tradicional	Tradicional
Programa	Mestrado	Mestrado Sanduiche
Curso	Engenharia Civil	Engenharia de Segurança aos Incêndios Urbanos
Duração do curso	2 anos	2 anos
Número de créditos totais	24	120 (MIEC, 2º Ciclo)
Horas aula/crédito	15horas/1crédito	15horas/1crédito
Convênio para Mobilidade	----	Santander Totta
Duração da Mobilidade	----	4 meses
Equivalências obtidas	----	----
Receptividade	----	Ótima
Dificuldades encontradas *	Nenhuma	Nenhuma
Pesquisas realizadas (área)	Avaliação de Risco de Incêndio	Avaliação de Risco de Incêndio
Qualidade de ensino e pesquisa**	Conceito Capes 7	----

* Referentes ao curso (língua, horários, grau de dificuldade de ensino e equivalências)

**Ranking internacional e/ou conceito Capes

Neste caso, o aluno de mestrado não cursou nenhuma disciplina do curso da UC, tendo-se dedicado, no período de tempo em mobilidade acadêmica, à realização de



pesquisa em Segurança contra Incêndio, sob orientação de um professor especialista na área. Neste caso, não foram apontadas quaisquer dificuldades durante a mobilidade.

3.3. Caso 3

O terceiro estudo de caso refere-se à mobilidade em pós-doutorado em Engenharia Química e Biológica, durante o período de um ano, ao abrigo do convênio existente entre o Instituto Superior Técnico de Lisboa e a UFRGS. A Tabela 3 compara diversos parâmetros entre as instituições de origem e de destino para o caso 3 – aluno de pós-doutorado.

Tabela 3 - Intercâmbio de aluno de pós-doutorado no período 2008-2009.

País	Origem	Destino
Universidade	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Instituto Superior Técnico de Lisboa (Portugal)
Modelo de ensino	Tradicional	Tradicional
Programa	Pós-doutorado	Pós-doutorado
Curso	Engenharia de Materiais	Engenharia Química e Biológica
Duração do curso	1 ano	1 ano
Número de créditos totais	----	----
Horas aula/crédito	----	----
Convênio para Mobilidade	----	CAPES
Duração da Mobilidade	----	1 ano
Equivalências obtidas	----	----
Receptividade	----	Ótima
Dificuldades encontradas *	----	Equipamentos
Pesquisas realizadas (área)	----	Nanofiltração de efluentes de indústrias de coque e nanofiltração de efluentes contendo surfactantes
Qualidade de ensino e pesquisa**	----	----

* Referentes ao curso (língua, horários, grau de dificuldade de ensino e equivalências).

**Ranking internacional e/ou conceito Capes.

O aluno de pós-doutorado não cursou nenhuma disciplina, tendo-se dedicado integralmente à realização de sua pesquisa. As principais dificuldades encontradas no destino foram ao nível dos equipamentos disponíveis para realização de ensaios. Isto se deve essencialmente ao fato de que vários estudantes tinham de usar o equipamento disponível para suas pesquisas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independente do modelo de ensino adotado nos dois países, a Universidade tem vindo a assumir, cada vez mais, um papel preponderante na promoção do ensino superior como caminho crucial para promover a circulação dos cidadãos, criar oportunidades de emprego e promover o desenvolvimento global nos dois continentes.

Nos últimos anos, a mobilidade acadêmica entre IES brasileiras e portuguesas tem crescido, acompanhando a afirmação do Brasil enquanto país economicamente relevante. O intercâmbio de docentes e alunos de Engenharia entre os dois países tem sido privilegiado, não só devido à facilidade de comunicação através da língua comum, como também devido ao reconhecimento internacional da qualidade do ensino superior nos cursos de Engenharia na Europa e no Brasil; além disso, o carácter prático inerente ao ensino superior no Brasil tem mostrado ser, também, um dos atrativos para a crescente entrada de alunos estrangeiros no país.

A mobilidade acadêmica entre Brasil e Portugal tem sido habitualmente um processo bastante flexível, não só devido à interdisciplinaridade dos currículos superiores, como também pela aproximação entre IES, nomeadamente, através da realização de acordos de cooperação em ensino e pesquisa.

Por outro lado, esta flexibilidade contrasta com a dificuldade na revalidação dos diplomas obtidos no exterior, exceto quando os convênios prevêm a obtenção da dupla diplomação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, G. Reitores de Portugal esperam que o governo Brasileiro reveja suspensão das bolsas para o país. **Agência Brasil**, Brasília, maio. 2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-22/reitores-de-portugal-esperam-que-governo-brasileiro-reveja-suspensao-de-bolsas-para-pais>> Acesso em: 10 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Comissão de Mobilidade Estudantil**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.engenharia.ufrgs.br/uploads/files/comobe_graficos.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

Informativo da Escola de Engenharia. Torcida para Porto Alegre. **.Net**, Porto Alegre, nov-dez.2012. Disponível em: <http://issuu.com/engenhariaufrgs/docs/jornal_edo_nov_dez_2012>. Acesso em: 05 jun. 2013.

Silva Jr, J. M. G. Comissão de Mobilidade Estudantil. UFRGS. Mobilidade estudantil internacional na Escola de Engenharia. **.Net**, Porto Alegre, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/comgradciv/documentos/COMOBE.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2013.

LEHMANN, M. S., LEHMANN, R. B. O desenvolvimento do ensino superior em Engenharia no Brasil e a relação público x privado. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 2007. Anais... Curitiba, 2007. CD-ROM.

MATTIA, L. Internacionalização da UFRGS e da Escola de Engenharia. **Informativo da Escola de Engenharia**, Porto Alegre, mai-jun. 2013. p. 4.



NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Porto Alegre: Informe IESALC – UNESCO, 2002. p.39-336.

SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, RELINTER. **Acordos de Cooperação**, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/relinter/portugues/menugeral/acordos-de-cooperacao>> Acesso em: 05 jun. 2013.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Texto de intervenção em debate: Calendário Oficial de Debates sobre a Reforma Universitária do Ministério da Educação do Brasil. Brasília, abr. 2004.

SAVIANI, D. O futuro da universidade entre o possível e o desejável. In: Fórum Sabedoria Universitária, 2009, Campinas, **Resumos...** Campinas, 2009.

SEIXAS, A. M. **O processo de Bolonha e a criação de um espaço europeu de ensino superior**. A Página da Educação, Porto, jun. 2002. p. 9.

SURSOCK, A. Dez anos de reformas do ensino superior na Europa. In: **Reforma universitária e a construção do Espaço Europeu de Educação Superior**. São Paulo: Ed. Mercado de Letras, 2011. p. 67-227.

HIGHER EDUCATION WITHOUT BORDERS IN ENGINEERING THROUGH ACADEMIC MOBILITY BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL

***Abstract:** It was intended with this paper to discuss higher education without borders, through academic mobility, evaluating different systems of education in Engineering in two different countries: Brazil and Portugal. We present three case studies of academic mobility between UFRGS and two Portuguese Universities. Academic mobility between the two countries has shown to be very flexible, not only because of the interdisciplinary in the curriculums but also because of the cooperation agreements. The movement of teachers and students has been privileged because of the ease of communication through the common language. In addition to this, the inherent practical side in engineering courses in Brazil has shown to be also one of the attractions for the increasing entry of foreign students in the country. On the other hand, this flexibility contrasts with the difficulty in the revalidation of diplomas obtained abroad, unless the covenants provide for obtaining the double degree.*

***Key-words:** Higher Education, Engineering, Academic Mobility*